

INICIALIZAÇÃO CIENTÍFICA

Mauro Pardelli Colombo

*Professor de Sociologia da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo
Coordenador*

Os trabalhos de iniciação científica constituem um dos principais mecanismos de capacitação do futuro profissional e para o professor orientador, o complemento maior do exercício da atividade docente.

Inaugurando esta seção da Revista, apresentamos os trabalhos realizados pela disciplina Sociologia com os alunos do 1º ano/turma 1998, cujo professor responsável é o sociólogo Dr. Mauro Pardelli Colombo.

Foi proposto aos alunos a realização de um trabalho de pesquisa (em grupo), tendo como tema "A Sociedade Civil ou Terceiro Setor". Deveriam, além do rigor e formalismo da metodologia científica, incorporar a participação direta na pesquisa de campo, o espírito crítico e o sentido social da colaboração e da solidariedade.

Como base teórica, utilizamos a definição de Terceiro Setor do professor Boaventura de Souza Santos, renomado jurista, sociólogo e cientista político: "Terceiro Setor é uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por uma lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais. Entre tais organizações podem mencionar-se cooperativas, associações mutualistas, associações não lucrativas, organizações não governamentais, organizações quase não governamentais, organizações de voluntariado, organizações comunitárias ou de base, etc. As designações vernáculas do Terceiro Setor variam de país para país e as variações, longe de serem meramente terminológicas, refletem histórias e tradições diferentes, diferentes culturas e contextos políticos."

Fazemos referência também à Lei n. 9637, de 15 de maio de 1998, que qualifica como organizações sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Dos trabalhos apresentados, quatro foram escolhidos para fazerem parte desta seção, cujos resumos publicamos a seguir.

Terceiro Setor: O terceiro pilar da sociedade. Cristiane Silvério, Eleniza Trambaioli, Kenia M. de Souza, Daniela D. T. Quirino dos Santos, Fabiana de Almeida Paschotto, Cristiane Z. Soares, Ana Carolina S. Marques, Larissa K. Fontolan.

A atual realidade brasileira nos mostra uma situação de afastamento da sociedade, dos setores Estado e Mercado. O governo tem passado a se preocupar mais com a manutenção da estabilidade do país e, com fatores como desenvolvimento e crescimento econômico.

De certa forma, tem deixado em um segundo patamar de importância as questões sociais, passando a delegar tais funções à sociedade civil.

Já o mercado, interessado nos benefícios que a globalização tem a oferecer, tem se voltado para uma internacionalização, tendo sempre em foco, as economias e os mercados externos. A intenção tem sido uma expansão exterior, e não interior.

Diante deste panorama, nota-se que a responsabilidade pela vida do cidadão tem passado então, das mãos do governo para as da sociedade. Vem daí a grande importância do Terceiro Setor, setor privado não-estatal e não-mercantil, que surge para exercer atividades sociais visando o bem comum.

O Terceiro Setor, sendo um conjunto de organizações com fins sociais não lucrativos, tem buscado não apenas o auxílio à sociedade cumprindo deveres sociais básicos inerentes ao Estado, mas que este tem se eximido de cumprir. Este setor é também aquele que emprega, que assiste a sociedade num dos seus problemas crônicos, o desemprego. O Terceiro Setor tem se mostrado também como meio de abrigar uma mão de obra marginalizada pelo desemprego no mercado.

Revela-se ainda o Terceiro Setor, preocupado em diminuir ou se possível extinguir, a exclusão social, mediante um processo de inclusão. Este tem buscado provimento de serviços básicos que o Estado não está e, muitas vezes nunca esteve em condições de prestar.

Este terceiro pilar da sociedade ao lado dos outros dois, Estado e Mercado, tem possibilitado, junto do progresso econômico, um desenvolvimento social, com um atendimento às necessidades sociais cada vez maiores, atendimento que deixou de ser prioridade do Estado.

Fica claro, então, que com a expansão em número e em participação do Terceiro Setor, tanto a sociedade quanto o Estado, e também o Mercado, só terão a lucrar. A sociedade porque tem encontrado no Terceiro Setor auxílio e assistência. Já o Estado, porque passa a ter uma espécie de “parceiro” na melhoria da situação social e o Mercado, porque vai encontrar no Terceiro Setor uma saída para a mão de obra marginalizada pelo desemprego.

Terceiro Setor: Filantropia. Ingrid Grell, Marcela Vieira Merola, Mayara Loureiro.

O Estado, sem ajuda da coletividade, não consegue alcançar o bem comum. Para lográ-lo, é mister que a sociedade compartilhe, tomando para si algumas responsabilidades que “a priori” seriam do Estado.

Dentre estas, encontra-se a atividade realizada pelo Terceiro Setor, ou seja a atividade filantrópica de assistência na busca da igualdade social. Mas para que tal conjuntura se torne efetiva, é preciso que existam condições fornecidas pelo Estado. É o chamado Princípio da Subsidiariedade, o qual visa o bem estar social, a igualdade na distribuição de benfeitorias, onde o Estado deve ser o maior expoente, mas a sociedade tende a tornar cada vez maior sua quota de participação. O Terceiro Setor hoje mostra-se indispensável, já que o Estado, face ao exorbitante número de responsabilidades e problemas que se lhe apresentam, não mais consegue levar a cabo a execução de atividades que possam manter todas as células do corpo social em condições dignas. Juridicamente, podemos caracterizar as entidades do Terceiro Setor como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, animadas por motivações sociais. No

Brasil, esse universo é ainda pouco conhecido e/ou valorizado. No entanto, sua tendência é de se expandir em progressão geométrica.

União Fraterna é um grupo informal de ajuda a famílias carentes do município de Ribeirão Pires, Grande São Paulo, formado por pouco mais de 20 pessoas que trabalham diretamente junto às famílias e que conta ainda com a ajuda de membros externos ao grupo com doações. Seu objetivo máximo é a ressocialização das famílias atendidas, fazer que elas, através de seu próprio esforço voltem a ter ânimo para enfrentar as dificuldades que a vida lhes impõe. O desejo da entidade é que voltem a trabalhar por conta própria, para se sustentarem e resgatarem a dignidade de suas vidas. O grupo demonstra um exemplo de cidadania: não conta apenas com a tutela do Estado, e sim com a união de todos para que a sociedade se torne cada vez melhor.

Face a esta atividade de transmissão de fé e esperança que testemunhamos, pudemos abstrair o seu sentido para um âmbito muito maior: a sociedade, em sentido lato. Durante a coleta de dados e relatos que resultaram neste trabalho, pudemos depreender várias lições que extrapolam o âmbito acadêmico e que nos seguirão vida a fora. Não mais enxergaremos a ausência de poder aquisitivo como premissa que nos leve a estampar um rótulo sobre as pessoas, definindo-lhes características intelectuais, emocionais ou psicológicas, embora a sociedade classifique seus membros com um código estereotipado que os define e atua como forma de controle social. Mas o que o grupo social ao redor de um ente verdadeiramente define, são seus hábitos de vida, de preferência, etc., jamais características intelectuais e a sociedade tem que aprender a discernir isto. Todo o homem nasce com a possibilidade de se modificar, mas para isso, é preciso que se lhe proporcione condições para que a mudança possa ser benéfica... A ausência do espírito de cooperação é a maior causadora da falta de integração da sociedade. A maioria das pessoas prefere fingir a inexistência de situações degradantes, pretendendo que tais problemas não imponham nenhuma forma de responsabilidade sobre elas. Mas a verdade é que têm, o que lhes falta é a noção de coletividade. Se queremos que algo melhore em nosso país, em nosso mundo, então depende de nós a busca desses resultados. O Estado não é nosso pai, não existe apenas para apoiar, de nada necessitando, como se fosse uma entidade autosuficiente. Na verdade o Estado somos nós e devemos lutar em conjunto pela sua melhoria, pois na verdade, esta será de todos nós.

Terceiro Setor: Anistia Internacional. Jairo G. Guimarães Roberto C. Dos Santos, André Palma, Fabrício M. Godoy, Wilson L. Rosa.

O processo de desenvolvimento econômico e social sempre foi algo fomentado e atividade exclusiva ou de governos ou de grupos econômicos, porém, já há alguns anos, este passou de maneira significativa a ter a participação direta de entidades do terceiro setor, dentre as quais se destaca a Anistia Internacional.

As “empresas” e o “associativismo cidadão”, como são também chamadas as empresas do Terceiro Setor, estão preenchendo o espaço que o Estado não consegue ocupar por sua burocracia, como também as empresas privadas não ocupam por sua característica que é o lucro como fim.

As entidades do terceiro setor tentam, sempre de forma independente do Estado e do empresariado, amenizar os dramas vividos por várias sociedades, agindo, fundamentalmente, na busca de uma sociedade justa e que respeite os direitos fundamentais da pessoa humana já consa-

grados na Declaração dos Direitos Humanos assinada pelos membros da ONU. Neste sentido destaca-se o trabalho que a AI vem desenvolvendo juntamente com a Human Rights Watch que lutam para que haja a punição daqueles que desrespeitam os princípios humanos fundamentais. Vivemos atualmente a discussão a respeito da violação praticada por alguns ditadores, por exemplo, o General Pinochet, fato denunciado pelas entidades citadas.

Afora a questão acima, a AI têm trabalhado intensamente, pois no mundo, hoje, há milhares de pessoas presas por suas convicções, sendo que destas, muitas estão detidas sem acusação formal ou julgamento .

A tortura e a pena de morte são largamente utilizadas, inclusive nos E.U.A., onde se têm a impressão de que não há desrespeito aos direitos fundamentais.

Em muitos países, homens, mulheres e crianças desaparecem depois de terem sido oficialmente detidos.

Pessoas são assassinadas sem disfarce algum de legalidade. Foram escolhidas e mortas por agentes de seu próprio governo.

A AI concentra seu trabalho na busca de solução pacífica que propicie a libertação desta massa de presos políticos no mundo.

A AI não se vincula de forma alguma a nenhum governo ou ideologia. Com seus 1100 membros em mais de 160 países e territórios, com seções em 54 deles, tenta, a cada ano, resolver cerca de 7000 casos individuais.

É objetivo da AI acabar de forma imediata e incondicional com todos os casos de prisioneiros de consciência. Assegurar julgamentos rápidos e justos, de acordo com as normas internacionais, abolir a tortura, os maus tratos, as execuções e o desaparecimento forçado de pessoas.

O trabalho da AI é de fundamental importância no mundo de hoje para que sejam cumpridas as resoluções da ONU no que se refere a direitos humanos fundamentais. Desta forma, a contribuição efetiva de uma entidade do terceiro setor na busca de um mundo mais justo e humano, demonstra o envolvimento global que tais entidades atingiram nos últimos anos.

Experiências desenvolvidas pelas ONG's em todo o mundo constituem um salvo-conduto para o futuro e uma evidência de que a humanidade reage sempre melhorando a sua própria existência.

Por outro lado, não se pode criar a impressão de que as organizações do terceiro setor, seriam, assim como foi o neoliberalismo, a esperança de todas as soluções e mazelas sociais, sem a presença do Estado.

Isso, ao nosso ver, é perigoso, pois o Mercado e o Estado falharam, e as falhas não podem ser transferidas para as entidades do terceiro setor, mais sim considerá-las como mais um mecanismo na busca das soluções.

Terceiro Setor: Instituto Ayrton Senna e Ação de Cidadania. Agnaldo José Castilho, Andréa Araújo, Cyntia Taboada, Flávio Cileno, Inácia Monteiro, Nicolao da Silva Mendes Filho, Soraia Luz .

Através da pesquisa que fizemos enfocando o Instituto Ayrton Senna, verificamos a abrangência da sua atuação na sociedade brasileira e pudemos delinear o papel do terceiro setor na sociedade atual, e levantar algumas questões quanto a sua natureza jurídica e importância social como modificadora da realidade. Cabe aqui salientar ser IAS, instituição não governamental mais bem sucedida no país, arrecadando cerca de 9 milhões de dólares por ano, é pioneira em fomentar o apoio do setor privado para a criação de programas de saúde e educação para a parcela jovem e carente da população brasileira.

Sendo o Estado o grande gestor da dimensão social através dos tempos, porque hoje existe uma proliferação de instituições não governamentais, então designadas pertencer a um terceiro setor, não público, não privado, com as funções que a princípio seriam do Estado, assim pensando e previsto nas Constituições?

Para responder a essa questão é necessário que analisemos alguns aspectos.

Podemos dizer que o Estado encontra-se em crise e não é capaz de resolver todos os complexos problemas sociais trazidos pela atualidade globalizada e o agravante do neoliberalismo que aumenta a cada dia o exército dos excluídos; desta forma o Estado torna-se incapaz de gerir tal situação e essas instituições vão assumindo esse papel.

Pudemos também constatar que estas instituições recriam as relações de mercado quando geram novos empregos e também reorganizam a sociedade civil através do provimento de serviços básicos que o Estado não tem condições de prestar e ainda influenciam na administração estatal fazendo parcerias e adotando inovações.

Contabilizamos até aqui várias conseqüências no campo social, econômico e jurídico pela atuação do Terceiro Setor .

Porém há ainda uma pergunta a fazer: O que move essas pessoas para assim agirem, tomando para si responsabilidades do Estado?

Encontramos uma resposta: solidariedade... “sentimento moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e as responsabilidades de um grupo social, de uma nação, ou da própria humanidade”.

Essa acepção no Brasil ganhou visibilidade social há muito pouco, não mais que quatro anos com o trabalho do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. É verdade que já havia uma prática filantrópica no país há décadas, mas foi com o programa “Ação de Cidadania” do Betinho que a solidariedade ganhou publicidade e adquiriu contornos laicos ligados à cidadania. Essa ação solidária vem se dando à margem do Estado, por meio de iniciativas voluntárias e mais ou menos politizadas, que procuram minorar as marcas da miséria e de toda forma de necessidade dos cidadãos.

Por fim, seja qual for o motivo que move pessoas no sentido de resolver os problemas sociais com melhora na qualidade de vida, fazendo a diferença para o futuro das crianças e dos jovens brasileiros, merece nosso aplauso, serve como exemplo e estímulo ao engajamento de todos nós para que possamos construir uma sociedade mais justa.